

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	8
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	14
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	15
10.5 - Políticas contábeis críticas	16
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia implantou uma Política de Gestão de Riscos, que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de Gestão de Riscos Corporativos da CRT.

Esta Política busca possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos operacionais, de mercado, de liquidez, de crédito, de imagem e socioambientais.

A Política de Gestão de Riscos tem os seguintes documentos como referência:

- Acordo de Acionistas e Atas de Delegação de Competências;
- Estatuto Social da CRT;
- Código de Ética e Conduta da CRT;
- Política de Gestão de Riscos Financeiros da Invepar;
- ISO 31000, Risk Management – Principles and guidelines;
- ABNT, norma
- COSO Updated, Internal Control – Integrated Framework – 2013;
- COSO, Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Técnicas de Aplicação – 2007; e
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos - 2007.

A Política de Gestão de Riscos aplica-se a todos os colaboradores e administradores estatutários, independente de cargo, função ou responsabilidade, que direta ou indiretamente participem da gestão de riscos da Empresa.

Também estão definidos os diversos tipos de riscos associados aos diferentes eventos que possam afetar negativamente a realização dos objetivos da empresa ou de seus processos, assim como as diretrizes e as responsabilidades de cada nível da organização, incluindo desde o Conselho de Administração e a diretoria até os colaboradores.

Em complemento à Política em referência, a Norma de Gestão de Riscos, tem a finalidade de traçar as normas e regras garantindo a identificação, a classificação e a avaliação do grau de riscos, e sua gestão eficiente, apoiando a Diretoria no processo de tomada de decisão com foco no alcance dos objetivos corporativos definidos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia não atua no mercado de derivativos e sua Política é de maximização do pagamento de dividendos e da remuneração das debêntures, concentrando suas aplicações o curto prazo, em papéis de pouco risco, não realizando operações de Hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

O objetivo dos controles internos adotados pela Companhia é o de proteger seus ativos, verificar a confiabilidade de seus dados contábeis, promover eficiência operacional e assegurar a aderência às políticas definidas pela Companhia.

O processo de controles internos da Companhia é baseado no framework emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) em 2013.

Como parte integrante de seu ambiente de controles internos, a Companhia adota como principais práticas:

Políticas, Regulamentos, Procedimentos e Instruções de Trabalho, os quais fornecem diretrizes gerais e específicas para condução dos processos de forma alinhada aos objetivos corporativos;

Regulamento de Alçadas e Limites atualizado, que estabelece responsabilidades nos processos decisórios;

Atividades de controle sobre tecnologia da informação, tais como análise de conflitos de segregação de funções, gestão de acessos, sistemas de detecção e testes de vulnerabilidade, e sua adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Estrutura de governança estabelecida para acompanhamento do desempenho dos controles Internos é composta pelos Gestores das áreas operacionais, pela Diretoria Executiva, Comitê de Ética e Conselho de Administração da CRT;

Atividades de controle nos processos de negócios, incluindo o processo de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, tais como análise de resultados, conciliações contábeis, análise dos relatórios trimestrais e demonstrações financeiras anuais;

Avaliação de processos e controles internos, incluindo a realização do Plano Anual de Auditoria Interna, sendo eventuais fragilidades apontadas em relatórios específicos e implementados planos de ação para correções;

Processo de identificação, avaliação, tratamento e reporte dos riscos corporativos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Código de Ética e Conduta atualizado, cujas diretrizes devem ser seguidas e divulgadas por todos;

Canal de Denúncia em funcionamento, que preserva o anonimato ao denunciante, bem como o sigilo das informações. As denúncias são recebidas por empresa terceirizada especializada e investigadas pela Diretoria, com reporte ao Comitê de Ética e ao Conselho de Administração da Companhia;

A efetividade dos controles é monitorada primeiramente pelas áreas de negócio responsáveis pela sua execução e, ainda, pela Diretoria, sendo eventuais desvios e ações de mitigação reportada ao Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia entende que a estrutura de controles internos é adequada para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas no processo de gestão de controles internos, incluem, além de todas as áreas, todos os Gestores Operacionais, a Diretoria Executiva, o Comitê de Ética e Conselho de Administração, conforme descrito a seguir:

Compete ao Conselho de Administração da CRT, como parte de suas atribuições previstas, (i) definir o nível de risco desejável para os negócios, assim como assegurar que a Diretoria mantenha um sistema de gestão de riscos, monitorando probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção ou mitigação, e (ii) avaliar a efetividade do sistema de controles internos, incluindo políticas e limites de alçada. No exercício de suas atribuições, conta ainda com o apoio de Comitês de Assessoramento.

À Diretoria Executiva da CRT cabe, dentre suas atribuições, cumprir e fazer cumprir o modelo de gestão e controle de riscos definidos juntamente com o Conselho de Administração da CRT, além de coordenar as ações para implantação, supervisão e manutenção de controles internos, necessários ao bom funcionamento da Companhia.

A Diretoria Financeira e RI é responsável pela condução dos processos de avaliação de riscos corporativos e de controles internos, incluindo (i) o estabelecimento de metodologias de análise, (ii) a documentação e reporte das avaliações, e (iii) o apoio aos gestores de negócio na definição de ações para mitigação das principais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

exposições a riscos corporativos e saneamento de fragilidades identificadas nos processos de negócio. Cabe ainda a esta diretoria a manutenção do Programa de Integridade, incluindo ações de disseminação para colaboradores e terceiros, *Anti Bribery and Corruption Due Dilligences*, auditorias forenses, revisões do Código de Ética e Conduta, e investigação de denúncias recebidas através do Canal de Denúncias.

Às áreas de negócio cabe a responsabilidade primária pelo monitoramento dos riscos inerentes aos seus processos, além do estabelecimento e manutenção de um ambiente adequado de controles internos para mitigação desses riscos.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria Executiva, com apoio do Conselho de Administração, responsável por (i) acompanhar a execução dos trabalhos de Auditoria Externa e a evolução das ações que visam atender a Carta de Recomendações emitida pelos Auditores Externos, (ii) analisar os relatórios trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia, zelando por sua qualidade e integridade, (iii) acompanhar os riscos da Companhia, (iv) acompanhar o resultado dos trabalhos de controles internos, (v) acompanhar os resultados do Programa de Integridade e (vi) acompanhar os resultados do Canal de Denúncia.

Além de seu papel na condução do processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, incluindo processos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

De forma complementar, a Auditoria Interna, quando solicitada pelo Conselho de Administração da CRT, define e executa o Plano Anual de auditoria, reportando eventuais fragilidades e recomendações a este.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

O relatório dos auditores independentes relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não contém identificação de deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

As deficiências e recomendações reportadas pelos auditores independentes da Companhia, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não foram consideradas significativas ao ponto de gerar risco de distorções materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia busca o aprimoramento contínuo de seus processos de controle, tratando os apontamentos recebidos quando julgados apropriados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Companhia implantou o Código de Ética e Conduta que determina as melhores práticas a serem observadas por todos os empregados e colaboradores da CRT, bem como estabelece compromissos éticos e de responsabilidade no desempenho das atividades junto aos usuários e acionistas, atuação nos setores público e privado e nas relações com a sociedade como um todo.

A CRT disponibiliza canais confidenciais para receber informações, reclamações, denúncias, dicas e sugestões, identificadas ou anônimas, que serão examinadas pela área de *compliance* da companhia, com apoio do Comitê de Ética e Conduta e do *Compliance Officer*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Em face à pandemia de COVID-19, a companhia implantou plano de contingência e constituiu Comitê de Crise COVID-19. E em virtude da implantação do trabalho remoto em algumas áreas, a companhia reforçou a política de segurança da informação e *compliance* nestas atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura financeira e patrimonial é suficiente para desenvolver as atividades estabelecidas no contrato que regula a concessão. O atual perfil patrimonial da Companhia é adequado para cumprir suas obrigações de curto prazo, lhe fornecendo plenas condições de lidar com as dívidas de médio prazo, bem como de contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de suas atividades.

Todas as operações da Companhia são realizadas no Brasil, razão pela qual seus resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que adota uma política financeira conservadora em seus níveis de alavancagem, sem exposição dos níveis da composição atual. A Companhia teve seu rating ratificado em 'AAA(bra)' em 22 de julho de 2021 pela agência classificadora de riscos "Fitch Ratings", com perspectiva Estável.

Quanto ao resgate de ações, a Companhia não possui ações resgatáveis e/ou em circulação e nem previsão de realização de tal evento, nos termos do estatuto em vigor.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, acredita-se ter capacidade para contratá-los atualmente.

Caso seja necessária a cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia fará uso de linhas de crédito oferecidas pelos seus bancos de relacionamento, bem como da emissão de instrumentos de dívida, tais como notas promissórias ou debêntures. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Debêntures	14.082	22.003
Total dos empréstimos	-	1.384
Caixa e equivalentes de caixa	(110.042)	(95.227)
Dívida líquida	(95.960)	(71.840)
Total do patrimônio líquido	146.144	136.490
Total do capital	50.184	64.650
Índice de alavancagem financeira	(1,91)	(1,11)

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas com as principais instituições financeiras do país, para eventual necessidade de capital de giro emergencial.

Empréstimos e Financiamentos (em R\$ mil)

Todos os empréstimos e financiamentos obtidos pela companhia foram devidamente quitados.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados da Operação da Companhia

(i) Descrição dos componentes importantes da receita:

A receita operacional bruta da Companhia é composta principalmente pela receita de pedágio, que correspondeu em 2021 a 99,4% do faturamento total, excluindo a receita de construção e provisões. As demais receitas (0,6%) foram obtidas por meio de direito de uso da faixa de domínio.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da crise econômica provocadas pela pandemia da COVID-19 e pela escassez de insumos no mundo todo. A taxa de desemprego ao final do 3º TRIM/21 atingiu 12,6%, com 13,5 milhões de desempregados e 5,1 milhões de desalentados. O estado do Rio de Janeiro registrou no terceiro trimestre de 2021 a maior taxa de desemprego da região sudeste (15,9%). Em função do aumento dos preços dos insumos, alimentos, commodities e da desvalorização cambial, a inflação ficou acima do centro da meta, alcançando 10,06% (IPCA), percentual com dois dígitos pela primeira vez desde 2015.

Em 2021, foram pedagiados 13,4 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 11,9% em relação a 2020. Os veículos leves apresentaram crescimento de 826 mil VEP's (+14,4%) e os veículos pesados de 602 mil VEP's (+9,7%).

A retomada da economia a partir do terceiro trimestre de 2020, provocada pela flexibilização das medidas de isolamento social, não foi suficiente para recuperar o tráfego em relação a 2019. Segundo a ABCR o número de veículos equivalentes pedagiados no estado do Rio de Janeiro ficou 11,5% acima de 2020.

A receita operacional bruta, excluída receita de construção e provisões, em 2021 foi de R\$ 248,8 milhões, em 2020 de R\$ 227,4 milhões e em 2019 de R\$ 271,6 milhões.

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio Teresópolis S/A são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em março/2021, por meio da deliberação nº 91 de 16/03/2021, divulgada em 17/03/2021, as novas tarifas básicas de pedágio passaram a vigorar a partir de zero hora do dia 18/03/2021: Praça Principal (PN1), R\$ 18,80 e Praças Auxiliares (PA 1 & PA 2), R\$ 13,10.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Os principais fatores que afetam o faturamento da Companhia são: (i) taxa de inflação (IPCA) que é o indexador usado para o reajuste da tarifa básica; (ii) evolução da economia regional e nacional; e (iii) o calendário anual, que reflete a quantidade de dias úteis e feriados ao longo do ano.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Principais indexadores:

IPCA: a receita operacional da Companhia e a maior parte dos custos são reajustados por este indexador;

CDI: todas as aplicações financeiras da Companhia são remuneradas por este índice. A Companhia não opera com derivativos;

TJLP: 100% da dívida da Companhia, constituída por meio de financiamento junto ao BNDES, é atualizada pela TJLP;

Outros: 94,1% do endividamento total da companhia é composto por debêntures, que são remuneradas através de participação no resultado, em conjunto e simultaneamente com os dividendos pagos aos Acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os administradores não esperam a ocorrência de eventos capazes de produzirem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. Informamos, ainda, que:

- i) Não ocorreram alienações de segmento operacional;
- ii) Não houve constituição ou alienação de participação societária;
- iii) Não ocorreram operações não usuais;

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Em 2021 não houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, sendo que as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Não houve ressalvas do Auditor, tendo a Companhia atendido à legislação vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

1. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção uma vez que a esta contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Instrumentos financeiros**a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

5. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não mantivemos quaisquer operações, contratos e/ou obrigações passíveis de fatos relevantes que possam afetar significativamente nossos resultados ou perfil de risco.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, sendo assinada sua prorrogação em 18 de março de 2021 por mais 18 meses, de acordo com os termos do art. 32 da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a Rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O quinto termo aditivo assinado em 18 de março de 2021 ao contrato de concessão, que estendeu o prazo do contrato de concessão pelo período de 18 (dezoito) meses também prevê a manutenção, operação e a conservação da rodovia, não havendo, no momento, previsão para novos investimentos.

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Advocacia Geral da União emitiu parecer favorável à revisão dos contratos de concessão do setor de infraestrutura de transportes, permitindo a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, em função da pandemia do novo Coronavírus.

Em 28 de julho de 2020, a Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT publicou a Portaria nº 052, que visa instituir o grupo de trabalho, para acompanhar a metodologia de cálculo do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos efeitos extraordinários da pandemia do novo Coronavírus, sobre os contratos de concessão de exploração da infraestrutura rodoviária, geridos pela agência reguladora. A Companhia aguarda o posicionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3.

A CRT protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

Em 24/09/2018, tendo em vista o reconhecimento do desequilíbrio pelas Resoluções-ANTT nº 5.210/2016 e nº 5.417/2017, o Exmo. Juiz a quo proferiu Sentença favorável ao direito da CRT, condenando a União Federal "ao pagamento do aporte a em relação à parcela de 'suspensão definitiva das receitas de pedágio das Praças PN-2 e PN-3 de setembro de 2013 até o final da Concessão'".

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão, conforme as previsões contratuais em vigor.

A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste, antes do encerramento do quinto aditivo em vigor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não houve.